



A Extensão Rural Educativa e a Pedagogia da Alternância: uma abordagem de comunicação rural para a formação de agricultores¹

Irenilda de Souza Lima²

Resumo

Pretendemos com este trabalho sistematizar algumas bases teóricas e experiências empíricas sobre a utilização da Pedagogia da Alternância, considerando-a como estratégias de comunicação rural para a formação de agricultores. A pertinência do tema se dá por considerar que os saberes sobre práticas agropecuárias são adquiridos na relação da escola com o contexto camponês. Compreendemos que a pedagogia da alternância é uma prática de comunicação rural educativa por considerar que há conhecimentos que somente serão adquiridos na prática da agricultura familiar em alternância do tempo na escola e do tempo na comunidade. Esta estratégia está coerente com as idéias libertárias de Paulo Freire ao afirmar que educação é comunicação na medida que é o encontro de sujeitos interlocutores mediatizados pelo mundo e a cultura de cada sujeito cognoscente.

Palavras -chave: Extensão Rural; Educação do Campo; Comunicação Rural ; Pedagogia da Alternância.

A maior parte dos enfoques dados à educação e à comunicação toma como base as duas áreas como campos de conhecimento distintos, cada qual com seu próprio referencial e instrumental. A necessidade da integração desses campos foi defendida por Juan E. Díaz Bordenave, e num livro sob título Educação Rural no Terceiro Mundo, publicado em 1981, quando faz apologia à educação-comunicação justamente se reportando a educação rural. Estas áreas de conhecimento se necessitam mutuamente e que o estudo separado tem prejudicado o desenvolvimento de ambas. Bordenave diz que são muitos os comunicadores que não percebem que estão educando quando comunicam e há educadores que não sabem comunicar. O autor faz analogia da necessidade desta integração, comparando esta união com a inseparabilidade de um velho matrimônio camponês.

¹ Trabalho apresentado no XXX congresso da INTERCOM e no VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP Comunicação Científica.

² Professora do Depto de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Professora do Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX da UFRPE. Doutora em Ciências da Comunicação pela USP. E-mail: irenilda@ded.ufrpe.br

Já Libâneo (1998) defende a idéia de que educação e comunicação caminhem juntas, dizendo que toda comunicação é educativa, fazendo menção ao educador americano John Dewey que, no início do século XX, já pensava assim. Há os que querem a unificação das áreas, mas também não faltam os que querem substituir a teoria da educação pela teoria da comunicação. Segundo o autor, a educação e a comunicação caminham juntas, mas não são a mesma coisa.

No pensamento comunicacional, dialógico e interacionista de Paulo Freire (1983), encontramos que educação é comunicação, é diálogo na medida que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados. Não sendo possível compreender a relação educação e comunicação fora do princípio cognoscitivo e comunicativo. Focaliza ainda Freire que os processos comunicacionais se inserem no agir pedagógico libertador. Aproximou educação e comunicação fazendo reflexões sobre o trabalho dos extensionistas rurais chamando a atenção do modelo comunicacional subjacente ao modelo pedagógico da ação destes profissionais. Freire destaca a importância da comunicação na construção do conhecimento que colabora para a autonomia do educando.

Analisando os enfoques comunicativos da educação rural, tem havido, ao que nos parece, uma inadequação no modelo vigente de educação que se destina às populações que vivem no meio rural. Uma mudança considerável faz-se necessária e apresenta-se como um grande desafio para os educadores preocupados com as questões e problemas da população do campo brasileiro. Assim, pretendemos com este texto, realçar de que forma as metodologias participativas e contextualizadas funcionam como excelentes estratégias de comunicação realçando a importância da pedagogia da alternância. Estudamos também o quanto é pertinente às relações entre desenvolvimento local e educação do campo. Consideramos a utilização da pedagogia da alternância como estratégia de comunicação educativa a serviço de uma prática pedagógica que gere uma aprendizagem significativa e que coaduna com o modelo de desenvolvimento local sustentável sugerido no Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (MDA, 2004).

Acreditamos que a escola que predomina no campo não está proporcionando o desenvolvimento de competências para o mundo da cultura campesina. Considerando a proposta temática este texto se justifica pelo fato de que a educação do campo e desenvolvimento rural estão associados. A área de Educação do Campo constitui-se ainda uma noção em construção, marcada pela necessidade de delimitação de seu

território teórico incluindo a defesa do direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do seu local, da terra em que pisa e de sua realidade histórica (FERNANDES, 2004). Assim, esta visão acarreta uma compreensão da educação do campo interligada à temática do desenvolvimento local.

A educação do campo tem como protagonistas os agricultores e agricultoras familiares. E por sua vez, a agricultura familiar é um segmento produtivo cujas principais características estão no fato de que os trabalhos nela desenvolvidos são realizados com a participação dos membros de cada família. Nesta esfera ocorre a diversificação produtiva e a multifuncionalidade das atividades que são pensadas no contexto da cultura campestre, isto é, a partir de suas práticas sociais, de uma lógica econômica peculiar, da sua importância para a segurança alimentar e que contribuem para o desenvolvimento brasileiro.

Como apontam Tavares de Lima e Carneiro (2006), na trajetória de vida dos agricultores e agricultoras, há uma luta permanente por melhores condições de vida e pela conquista da terra. Eles buscam arduamente por mudanças e vislumbram a utilização de diversas instâncias educativas como uma reafirmação de uma nova proposta para as suas vidas. A instituição Escola e a educação que ela possa propiciar são vistas por tais trabalhadores como um apoio fundamental nesta trajetória.

Sobre o quadro atual da agricultura brasileira, Borin (1997) afirmou que o setor agrícola tem sido drasticamente penalizado pela política agrária e que as pequenas propriedades predominam no cenário agrícola brasileiro e nelas pratica-se a agricultura familiar. Ele acrescenta que devido à adoção de uma política agrícola inadequada, onde não há acesso ao crédito ou à assistência técnica apropriados aos tipos de atividades desenvolvidas, pelo menos metade dessas propriedades encontra-se em estado lastimável.

Apoiando a mesma idéia, em Jantsch (2001) encontramos que os agricultores familiares no Brasil buscam escapar do modo de produção e reprodução hegemônico – caracterizado pela exclusão socioeconômica em que vivem os trabalhadores em geral – sem perderem as aquisições históricas de seu modo de vida produzido e reproduzido à margem da alienação do trabalho urbano-industrial.

Em Paulo Freire (1983) a referência mais citada de que a educação deve ser entendida como processo comunicativo. A perspectiva dialogada tem apoio teórico no ideário educacional de Freire bem como em outros pensadores defensores de uma pedagogia libertadora. Há a intenção de que os sujeitos envolvidos sejam considerados

tendo em vista o saber que já trazem subjacentes às suas práticas, numa abordagem de diálogo entre saberes: o saber erudito e o saber popular.

Queremos enfatizar a base comunicacional de uma abordagem que tem sido experienciada em várias regiões do Brasil tanto para a extensão rural como para a educação do campo, ou seja, educação formal ou educação popular. As idéias da proposta de ATER Assistência Técnica e Extensão Rural convergem para o que propõe a *pedagogia da alternância* na formação de agricultores.

Para Massip (2004), a pedagogia da alternância parte do pressuposto de que a concepção de desenvolvimento rural está associada ao enfoque formativo. Acredita ainda este autor que na educação agrícola, na aprendizagem, o aluno parte de situações vividas, vistas e observadas e que se constituem fontes de interrogações e a escola ajuda a encontrar as respostas. Estas idéias já foram averiguadas por De Jesus (1992) quando estudou como os camponeses aprendem o *Metier* de agricultor. Neste estudo que envolveu agricultores da cidade de Caruaru-PE, o autor chama a atenção para o fato de que as experiências dos camponeses pesquisados, vivenciadas durante sua infância, condicionaram a consolidação de um saber-fazer útil, suficiente para o cotidiano do trabalho no meio rural. Mostrou ainda que as condições concretas de produção vivenciadas pelos camponeses na idade adulta induzem, neles, atitudes de rejeição para com as informações tecnológicas veiculadas pelos técnicos.

No cenário desta questão do tipo de educação que melhor coaduna no âmbito da educação do campo, precisamos também da referencia de um novo modelo de desenvolvimento, pois como aponta Furtado (1996), o estilo de vida do sistema capitalista industrial consumista sempre será de privilégio de poucos e às custas da depredação do mundo físico em que todos vivemos.

Bazin e Roux (1992) lembram que inúmeros elementos de sustentabilidade foram afetados pelo funcionamento do modelo econômico dominante e isto demanda, por um lado, uma avaliação das medidas já tomadas para amenizar os efeitos negativos de tal modelo estabelecido e, por outro lado, a concepção de novas políticas para melhorar as tendências atuais.

Outro tipo de desenvolvimento tem sido pensado. Nesta linha, o conceito de desenvolvimento local tem sido considerado como alternativa ao modelo de desenvolvimento capitalista em vigor (VEIGA, 2005; SACHS, 1996; JARA, 1998). Para De Jesus (2003), o desenvolvimento local é um esforço localizado e de parcerias, isto é, dele participam lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado

lugar que se articulam com vistas a encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de vida aos cidadãos e cidadãs, partindo da valorização e ativação das potencialidades e dos efetivos recursos locais.

A proposta vigente de extensão rural em um enfoque educativo e da educação do campo tem o modelo de comunicação dialogada transversalmente presente em todos os seus elementos estruturantes. Estas propostas não são simples e trazem e traz a complexidade (MORIN, 1996) como um dos elementos implicados em sua organicidade.

Estrategicamente a idéia da educação do campo é fruto de contatos, articulações e parcerias. Como um resultado da articulação entre os movimentos sociais e as instituições públicas e privadas, consolida-se contemporaneamente a Educação do Campo, como uma estratégia do governo. Tal articulação constitui-se, por isso, em um avanço, em termos de políticas públicas sociais para a construção da soberania nacional em função de sua abrangência social e por ser direcionada prioritariamente para áreas de reforma agrária e de agricultura familiar. Um dos méritos claros é o de incorporar metodologias específicas que se coadunam com a diversidade da cultura campesina (MOLINA et al, 2004). O tipo de educação vivenciada pelas populações do campo e a forma como vem sendo praticado, parece muitas vezes reforçar o êxodo rural por trazer em seus conteúdos e metodologias adotadas, quase exclusivamente, o mundo urbano. Isto tem sido motivo de pesquisas e discussões em vários centros acadêmicos.

Parece importante ressaltarmos que a Educação do Campo e algumas experiências de formação de agricultores e agricultoras estão sendo fortalecidas com uma metodologia que traz uma perspectiva praxiológica na alternância temporal da educação escolar e a aprendizagem nas práticas diárias de ser agricultor no contexto das práticas produtivas inerentes à agricultura familiar. Trata-se de uma abordagem já mencionada como pedagogia da alternância ou simplesmente alternância.

Novamente o viés comunicacional aparece quando constatamos as origens da Educação do Campo e da atual proposta de Assistência Técnica e Extensão Rural da ATER brasileira. A educação do campo e também a proposta de ATER foram resultantes das pressões de um conjunto de movimentos sociais. A sociedade representada assim: Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimentos Indígenas, Comissão Pastoral da Terra, Escolas-Família Agrícolas e outros movimentos sociais e ONGS que assumem a idéia da Educação do Campo fazendo menção de que a educação requerida vai além do final

do ensino médio e também dos limites da escola formal alargando horizontes e obtendo conquistas bem substanciais. Destes movimentos de apoio à educação do campo surgiu a preocupação em torno da formação dos formadores para esta proposta pedagógica.

Enfim, se tem propostas e modelos inovadores, traz a preocupação de saber o perfil profissional de quem as implementa, enquanto agente animador do processo. E como contribuir para a formação de profissionais para atuarem como agentes com tamanha responsabilidade? Agentes de mudança, gestor de mudança, educador agrícola, mediador? É evidente que o projeto formativo requerido não poderia ser reduzido a uma mera capacitação técnica. Inspirando-nos em Freire (1983) vemos que um tal projeto de formação para a atuação como educador do campo e do extensionista rural enquanto educador deveria contemplar a concepção crítica de que esta capacitação não é um ato ingênuo de transferir ou ‘depositar’ informações técnicas. Um projeto não poderá ficar reduzido a um trabalho meramente intelectual; mas, incorpora uma práxis verdadeira, a qual demanda a ação constante sobre a realidade e a reflexão sobre esta ação. Tal práxis implica um pensar e um atuar concretamente. Estas referências trazem uma duplicidade de responsabilidade formativa, isto é, menos tecnicismo ao mesmo tempo em que os envolvidos reconheçam-se como educadores do campo.

A nova proposta de Assistência Técnica e Extensão Rural valoriza os aspectos educativos em sua exequibilidade, como também exalta a comunicação dialogada como princípio. Na temática *formação/educação*, e tendo como pauta as metodologias participativas ou dialogadas, podemos afirmar já existem uma considerável quantidade de experiências e pesquisas e publicações (CARRÉ e CASPAR, 1999) sobre o assunto e atualmente a pedagogia da alternância tem sido muito valorizada.

Para a educação com ênfase no mundo rural, a Pedagogia da Alternância tem origem na França com a criação em 1937 das Maisons Familiales Rurales (MFR, 1992, p.21) para quem o conceito de Alternância é dinâmico: “L’alternance est un concept qui n’est jamais définitivement fixe. Il est en continuelle évolution”. Também já se conceberam pelo menos dois tipos de organização ou de engenharia de alternância: (i) a que tende a conceber a alternância como um meio pedagógico que visa completar uma formação de tipo escolar pela prática do estágio em campo e (ii) a que tende a conceber a alternância como otimização das relações entre construção de competências, transmissão de saberes, evolução de funções ou profissionalização (CARRÉ et al, 1999, p. 393).

As Casas Familiares Rurais estão fortemente relacionadas com o desenvolvimento rural em que os camponeses são protagonistas do seu próprio desenvolvimento. Trata-se de um movimento reconhecido nacional e internacionalmente em 34 países (MFR, 1992; 2005). Para esta instituição o saber não se adquire apenas tendo o professor como fonte de conhecimento e sim que há conhecimentos que somente são adquiridos em situações de trabalho na prática da agricultura familiar em alternância temporal com o tempo na escola. É uma pedagogia com interesse no concreto e para tanto requer o desenvolvimento de competências de formadores/mediadores, cuja formação constitui-se num grande desafio. Quem forma os formadores para um trabalho de tão grande importância educativa vinculada ao desenvolvimento local e a agricultura sustentável? De que forma tal formação pode ser obtida?

Neste sentido, algumas experiências bem sucedidas de formação de profissionais extensionistas bem como de educadores do campo têm se inspirado na pedagogia da alternância ou mesmo a têm utilizado já que a educação convencional não contempla, de fato, as especificidades e as necessidades da população que vive no meio rural. É o caso, por exemplo, do Programa de Educação do Campo/Residência Agrária e no âmbito deste programa, o Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo, promovidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário/INCRA e por Universidades³ na formação de técnicos de nível superior para atuarem nas áreas de Agricultura Familiar e Áreas de Assentamento de Reforma Agrária em articulação com ONGS e Movimentos Sociais. Neste curso de especialização, acima mencionado, os alunos das diversas áreas de conhecimentos como Agronomia, Veterinária, Zootecnia, Engenharia Florestal, Engenharia de Pesca e Economia Doméstica, dentre outras formações, preparam-se numa metodologia inspirada na alternância vivenciando o tempo acadêmico e o tempo comunidade (campo), de uma maneira articulada.

Alem dos projetos acima evocados, não podemos esquecer a experiência brasileira com alternância nos modelos das Maisons Familiales Rurales da França que chegou ao nosso país no ano de 1968, iniciando no Estado do Espírito Santo. Em Pernambuco e no Nordeste brasileiro, inúmeras Casas Familiares Rurais/Associações

³ O Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas da UFRPE participa deste Projeto Nacional também denominado Programa de Residência Agrária. Na primeira turma deste programa, os participantes fizeram o estágio de vivência e após a conclusão do curso de graduação seguiram no Curso Lato Sensu inspirado na pedagogia da alternância e na pesquisa-ação, enquanto abordagem metodológica, junto com alunos de outras universidades (UFBA, UFSE, UFPB). Este curso está sendo realizado no Campus de Bananeiras da UFPB.

foram criadas, algumas foram desativadas e outras estão em pleno funcionamento⁴. Há, ao que parece, uma grande diferença entre o modelo francês e o que terminou consolidando-se no Brasil: na França, as casas são mantidas pela sociedade civil e por aqui o Estado participa muito fortemente na maioria dos casos, cedendo, por exemplo, o pessoal docente.

Sinalizamos, finalmente, que os signatários da Declaração Final da II Conferência Nacional da Educação do Campo evocaram a Pedagogia da Alternância como uma pedagogia a ser contemplada no Projeto Político - Pedagógico da Educação do Campo (II CNEC, 2004).

Do exposto neste documento, depreende-se facilmente que as nossas inquietações em torno de desenvolvimento local e de pedagogia da alternância têm um endereço: a educação do campo, ou seja, os processos educativos junto a camponeses e a agricultores de base familiar. Novamente aqui, a academia francesa torna-se referência: é notável a contribuição clássica de Henri Mendras e nos tempos atuais a contribuição de Hughes Lamache em torno da questão camponesa e da agricultura familiar. As pesquisas e publicações de Ignacy Sachs e Bernard Roux em torno da agricultura familiar e do desenvolvimento local.

Além dos autores referenciados Hughes Lamache (1997); Ignacy Sachs (1996); Bazin e Roux (1992), encontramos a influência teórica em outros autores apresentados sinteticamente a seguir. O tema Educação do Campo tem sido motivo de pesquisas e discussões em vários centros acadêmicos como na Universidade de Brasília por Miguel Arroyo e Mônica Molina; Bernardo Mançano Fernandes (UNESP); Roseli Caldart (MST) e Sonia Meire de Jesus (UFSE); Paulo de Jesus, Jorge Roberto Tavares, e a autora deste presente texto na UFRPE que busca estudar a perspectiva da comunicação presente tanto na Educação Rural e Extensão Rural. Portanto, sinaliza-se que existe um movimento de intelectuais brasileiros dispostos a estudarem sobre o assunto e fazerem proposições sobre a temática.

Numa outra perspectiva ainda que associa desenvolvimento local e pedagogia da alternância, encontramos os textos de Demol e Pilon (1998) sob o título: *Alternance, Developpement Personnel et Local*; Christophe Massif (2004) na obra *Pratiques Réflexives et Formation de Formateurs en Alternance*; Carré e Caspar(1999) em *Traité des Sciences et des techniques de formation*.

⁴ GIMONET, Jean-Claude. Em complément, Petit Historiedes MF du Brésil. MFR-Paris. 2006.

Portanto, a pertinência de pensar sobre os pressupostos comunicacionais contidos tanto na proposta do Plano Nacional de Extensão Rural, bem como para a educação do campo e na pedagogia da alternância justificam-se porque é certo que as mensagens dos meios de comunicação, elaboradas segundo interesses dos emissores, alcancem com fidelidade o sucesso junto às suas audiências. Decorre do fato de que os receptores não são passivos. As audiências ou os receptores, as famílias de agricultores e agricultoras são sujeitos cultural e historicamente situados, capazes de negociar as mensagens e, eventualmente, de resistir a elas. Os processos sociais como a educação e a prática extensionista, cuja ação comunicativa considere estes aspectos terão muito mais chances de se efetivarem significativamente.

Finalizando este texto que se reporta à integração da comunicação com a educação. É pertinente pensar nos pressupostos comunicacionais de uma extensão rural educativa. Destas perspectivas derivam diálogos, práticas sociais, fluxos de comunicação que viabilizam a perspectiva da pedagogia da alternância como estratégia comunicacional e metodológica para a formação de agricultores para o desenvolvimento local a partir de uma prática de extensão rural educativa que considere o diálogo de saberes..

Referências :

BAZIN, G., ROUX, B.. *Les facteurs de résistance à la marginalisation dans les zones de montagne et défavorisées méditerranéennes communautaires*. Commission des Communautés Européennes, DGVI, Bruxelles. 1992.

BORDENAVE, J. E. Diaz e WERTHEIN, Jorge (Org.). **Educação Rural no Terceiro mundo**. Trad. Paulo Roberto Kramer e Lúcia Tereza Lessa Carregal. Rio de Janeiro. Paz e terra. 1981.

BORIN, Jair. A reforma agrária no Governo FHC. In *A crise brasileira e o governo FHC*. São Paulo: Xamã, 1997 (Coleção Fora de Ordem). Vários autores.

CARRÉ, Philippe et al. Ingénierie Pédagogique et Formations Ouvertes. In: CARRÉ, Philippe et CASPAR, Pierre. *Traité des Sciences et des Techniques de la Formation*. Paris, Dunod, 1999.

CNEC - II CONFERÊNCIA Nacional por uma Educação do Campo – Declaração Final, 2004. Disponível em <http://www.ipol.org.br/ler.php?cod=235>; acesso em 01.07.2006.

DE JESUS, Paulo. **Desenvolvimento Local**. In Cattani, A. David. (org). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Vaz Editores. 2003. 72-75.

_____ - *Construction du Savor-Faire et Formation Professionnelle Chez Les Paysans - Une étude auprès de producteurs de pomme de terre au Pernambouc- Brésil*. Tese de Doutorado em Ciências da Educação, Universidad Paris VIII- 1992.

FERNANDES, Bernardo M. **Diretrizes de uma caminhada**. In Arroyo, Miguel G; CALDART, Roseli S; MOLINA, Mônica C; (orgs). *Por uma Educação do Campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

- FIGUEREDO, Marcos Antonio B. **Reforma Agrária Agroecológica: uma proposta associativista**. In TAUKE SANTOS e TAVARES DE LIMA, J. R. (ORG). *Associativismo e Desenvolvimento Local*. Recife: Bagaço. 2006. P. 229-254.
- TAVARES DE LIMA, J. R. (ORG). **Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Recife: Bagaço. 2003. P. 229-254.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação**. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1983.
- FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1996.
- GHON, M^a da Glória (org). **Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- JANTSCH, Ari Paulo. **Pequeno (ainda) agricultor e racionalidade educativa**. Florianópolis: Núcleo de Publicações (UFSC-CED), 2001.
- JARA, Carlos Julio. **Desenvolvimento Local**. Brasília: IICA, 1988.
- JESUS, Sonia Meire S. Azevedo. **Questões paradigmáticas a construção de um projeto de Educação do campo**. In Molina, Mônica Castagna; Jesus, Sonia Meire S. Azevedo de (org). *Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo*. Brasília, DF: Articulação Nacional. Por uma educação do Campo, 2004. Nº 5.
- LAMARCHE, Hughes **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução Ângela Maria Naoko Tijika. 2^a ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1997.
- LIBÂNIO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora? : novas exigências educacionais e profissão docente**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1998. Coleção Questões da Nossa Época; v.67).
- LIMA, Irenilda de S. Aspectos Didáticos da Extensão Rural para o Desenvolvimento Local. XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GT – comunicação científica e ambiental Porto Alegre. 2004.
- LIMA, Irenilda de S; DE JESUS, Paulo. *A Pesquisa na Prática da Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável: Alguns fundamentos epistemológicos*. In TAVARES DE LIMA e MASSIP, Christophe. *Pratiques Réflexives et Formation de Formateurs em Alternance*. Paris. L'Harmattan. 2004.
- MFR – Outils Pédagogiques. *A L`usage des Maisons Familiales Rurales*. Paris. 1992.
- MFR, *La volonté d'agir: le projet des Maisons Familiales Rurales*. Clermont-Ferrand. Fr. 2005.
- MDA, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Política Nacional de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural*. Brasília, 2004.
- MOLINA, Mônica et al (org). **A Educação na Reforma Agrária em Perspectiva: uma avaliação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Ação Educativa**. Brasília: PRONERA, 2004.
- MOREIRA, CIRDES N. *A prática da assistência técnica e extensão rural junto a agricultores de base familiar no contexto de assentamentos de reforma agrária: um estudo analítico do caso da Zona da Mata de Pernambuco*. Dissertação no Programa de Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local. Recife, 2006.
- MORIN, Edgar. **Teoria da Complexidade**. Publicações Europa-America. 1996.
- PILON, Jean-Marc et DEMOL Jean-Noel. **Alternance, Développement Personnel et Local**. Paris. L'Harmattan. 1998.

QUEIROZ, João B.P; COSTA e SILVA, Virginia C; PACHECO, Zuleika (ORG). Pedagogia da Alternância: construindo a Educação do Campo. Goiânia: Ed UCG. Brasília, Ed. Universa. 2006.

QUEIROZ, João Batista P. Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAS): origem e expansão no mundo, no Brasil e no Centro-Oeste. In ; QUEIROZ, João B.P; COSTA e SILVA , Virginia C; PACHECO, Zuleika (ORG). Pedagogia da Alternância: construindo a Educação do Campo. Goiânia: Ed UCG. Brasília, Ed. Universa. 2006. P.15-34.

SACHS, Ignacy. Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice,1996.

TAVARES DE LIMA, Jorge R. e Figueiredo. Marco A B. Extensão Rural e Desenvolvimento Local. In TAVARES DE LIMA, J. R. (ORG). Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável.Recife: Bagaço. 2003. P. 71-92.

TAVARES DE LIMA, J e CARNEIRO, S. Q. Desenvolvendo o Local com Severinos e Quitérias. IN TAVARES DE LIMA, J. R. (ORG). Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável.Recife: Bagaço. 03. P. 71-92.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.